

Paradigmas de uma sociedade em transformação

Walmir Barbosa

Professor da Universidade Católica e da Escola Técnica Federal de Goiás.

O aspecto fundamental da descontinuidade é a rapidez das relações e dos fluxos do consumo de bens materiais e culturais, como também a importância crescentemente maior da ciência e tecnologia na estrutura produtiva.

O terreno sólido em que nos apoiamos, com os nossos referenciais teóricos "tradicionais", parece assumir uma dimensão gelatinosa. Se tal fenômeno ocorre, não devemos atribuir a sua responsabilidade à inconsistência e/ou perplexidade dos cientistas sociais e dos atores coletivos, e nem tão pouco a um insuficiente desenvolvimento dos referenciais teóricos tradicionais. Pese a importância de tais aspectos, o fato é que o mundo vive transformações rápidas, com velocidade inimaginável há pelo menos uma década, o que necessariamente haveria de provocar o esgotamento de diversas deduções, categorias, conceitos e projetos.

Novas Realidades

As recentes mudanças nos processos produtivos – incorporação maciça de tecnologia e modificação organizacional do mundo do trabalho – se constituem num marco central do novo momento histórico. A globalização econômica e a desregulamentação das economias nacionais deram mais velocidade àquelas mudanças, ainda que de forma contraditória e diversificada entre os países. Enquanto os primeiros processos acarretaram novas configurações sociais, os demais foram responsáveis por modificações políticas de grande significado, entre as quais se destacam as geradas da relação entre o regional, o nacional e o global.

Devemos então nos colocar a seguinte questão: o que representa a **descontinuidade**, na "nova sociedade capitalista"? As formas assumidas pela descontinuidade, entendendo por tal as modificações econômicas e sociais que se efeturaram na sociedade capitalista a partir dos anos 80, são mais visíveis no universo das relações produtivas. Neste ponto, dois aspectos se destacam. Primeiramente, os processos econômicos nacionais, regionais e locais, são marcados por exigências produtivas internacionais, definidas e

controladas por grandes agências financeiro-industriais oligopolistas. A descontinuidade se revela, para além de sua expressão quantitativa, na extensão da atividade dos referidos grupos e na remoção de obstáculos institucionais e diplomáticos determinados por qualquer ordem de **razão de Estado**.

As próprias instituições internacionais como a ONU, o FMI e o BM, e também os seus similares satelizados, assumem o papel de reguladores das relações dos novos grandes interesses, apenas camuflados pela razão de Estado.

O aspecto fundamental da descontinuidade é a rapidez das relações e dos fluxos do consumo de bens materiais e culturais, como também a importância crescentemente maior da ciência e tecnologia na estrutura produtiva. Agora, com o desenvolvimento da informática e da eletroeletrônica, a tendência é que os produtos cheguem ao mesmo tempo aos consumidores, estejam eles onde estiverem no mundo, e talvez diminuindo o número de atravessadores; os fenômenos geoclimáticos e produtivos são previstos em maior escala, com o mercado impulsionando mecanismos para o amortecimento de seus aspectos negativos; e a reorientação da atividade econômica para matérias primas renováveis, a inauguração de novas fronteiras produtivas através da engenharia genética e o reaproveitamento do lixo da indústria e da sociedade, oportunizam as novas perspectivas para o capitalismo.

A contradição cidade/campo é sem dúvida um elemento de descontinuidade para com o passado. Nas sociedades capitalistas da 2ª e 3ª revolução industrial, cujo ciclo industrializante se completou historicamente, a contradição cidade/campo se resolveu pelo esgotamento do segundo, seja via migrações internas, seja pela urbanização do meio rural. O novo espaço social é eminentemente urbano, embora

neste sobrevivam nichos do mundo agrário tradicional e não se tenha esgotado o processo de consolidação de toda uma geração rural no mundo urbanizado. A importância social das populações interiores, tomando como referência o ponto de vista socio político, é declinante, enquanto que os setores que compõem os novos segmentos sociais urbanos, integrados às novas profissões e atividades, ascendem em importância.

Nesse novo contexto o confronto ideológico permanece sempre atual enquanto for concebível o socialismo, entendido como uma alternativa de organização societária democrática que se opõe ao padrão de prioridades vigente no capitalismo, hoje determinado pelo poder que suplantou o paradigma tradicional do Estado-nação: a oligarquia industrial-financeira transnacional.

A disputa ideológica-política dar-se-á, no entanto, através de reformas no âmbito do capitalismo, criando, desenvolvendo e mobilizando uma nova sociedade civil organizada, adensada pelos novos segmentos e forças sociais e informada por novas concepções e práticas. O confronto revolucionário-explosivo, **de fora para dentro** do capitalismo e da sociedade burguesa, não poderá ser o centro das novas estratégias. Deste entendimento não se deve concluir que não possam mais ocorrer revoluções ou que devamos nos posicionar em sentido contrário a elas, mas sim que a nova estratégia de subversão das entranhas da sociedade capitalista e burguesa pressupõe um novo referencial político-ideológico e de práticas contra-hegemônicas, agora referenciadas no alargamento de conquistas e de espaços para a construção de uma nova sociedade e um novo fazer político.

Velhas e Novas Modalidades de Confronto

O mundo tende a assumir uma feição crescentemente mais violenta. O término da guerra fria, embora tenha afastado temporariamente a possibilidade de guerras de proporções avassaladoras para a humanidade, proporcionou a atuação de forças centrípetas e um elevado

As características do neocapitalismo se impõem através de uma lógica incontestável: a lógica da exclusão. A distribuição de renda da sociedade moderna é cada vez mais desigual na grande maioria das nações.

grau de generalização de guerras e violência no mundo. São as guerras regionais, civis, e a violência social aberta, hoje presentes em todas regiões do mundo, com intensidade e formas diversas. A expansão do pensamento autoritário – na forma do totalitarismo, do fundamentalismo islâmico e do militarismo, entre outros – não pode ser atribuído às novas realidades. Apenas que agora ele tende a se expandir numa nova velocidade seja como reação à opressão de alguns, seja pela conservação/ampliação de privilégios sociais de outros, ou ainda como modalidade de manifestação de irracionalismo e desesperos coletivos. As características do neocapitalismo se impõem através de uma lógica incontestável: a lógica da exclusão. A distribuição de renda da sociedade moderna é cada vez mais desigual na grande maioria das nações. Outras, como exemplo o Brasil, tem este quadro agravado através de crescimento do PIB, o que possui desdobramentos duplamente danosos para as maiorias sociais. A exclusão é social. Enquanto tal, ela se prolonga na restrição dos programas de assistência social, na marginalização escolar, no impedimento ao acesso de produtos no mercado e, até mesmo, na restrição da venda da força de trabalho para parcelas significativas da população. A exclusão social tende a assumir, num processo de produção “ideal” do capitalismo, uma dimensão supraestrutural na forma de uma democracia restritiva, mascarada pelo sufrágio universal obrigatório e pelos gigantescos mecanismos de controle político. O indivíduo das camadas mais marginalizadas e

oprimidas, submetidos às condições de reprodução “ideal” do sistema, tende a ter retirada de si a capacidade de discernimento crítico e livre, seja pela desinformação e desescolarização, seja pelo pura e simples manipulação através das políticas demagógico-populistas e de mídia-eletrônica, só para destacar as mais importantes. O aviltamento da cidadania e a democracia restritiva se completam através da lógica da exclusão. Portanto, trata-se de uma dinâmica da violência que, quando não se expressa em confrontos de violência aberta e ativa, pode até mesmo assumir uma profundidade ainda maior.

Lutas e Projetos de Classe

Conceitos como luta de classes e projeto de classe não podem ser questionados em sua essência. A sociedade de classes provoca, objetivamente, conflitos que decorrem da localização diferenciada dos seus atores sociais. No entanto, a generalização e aplicação acrítica desses conceitos acarretam leituras dogmáticas do processo histórico e da realidade presente. As lutas corporativas, ou ainda aquelas motivadas por representações fantásticas de mundo, como diversas movimentações camponesas deram conta de criar, foram concebidas como luta de classes que condensavam projetos de classe. Em nossa leitura foram movimentos sociais informados por perspectivas reivindicativo-corporativistas e de princípios democráticos destituídos de identidade político-cultural dos membros integrantes de determinadas classes oprimidas e de projetos de classe socialmente alternativos. Mesmo as revoluções contemporâneas, e, destas, a Revolução Russa não revelaram identidade de classe e tampouco projetos sociais alternativos que ultrapassassem pequenos círculos de trabalhadores. Na verdade foram formas de reação à guerra, e fome, à opressão de nacionalidades e à poderes autoritários. Em perspectiva histórica, a sociedade de classes tende a apresentar uma tendência para a construção da identidade de atores sociais coletivos oprimidos e dos seus referidos projetos. É a transformação das classes populares, definidas do

ponto de vista econômico-social, em sujeito social coletivo. No capitalismo, onde as condições para este processo mais amadureceram, graças ao elevado desenvolvimento das forças produtivas, convive-se contraditoriamente com movimentos de contratendência, em especial através dos mecanismos de manipulação e controle de massa. Isto implica o reconhecimento de que aquela tendência é uma possibilidade cuja realização dependerá da formulação de projetos políticos e de práticas, capazes de apreender as novas determinantes sociais e propagar políticas condizentes como objetivo de construir classes sociais populares como sujeitos históricos informados por projetos sociais alternativos.

A sociedade, quando de classes, é contraditória. Os conflitos e movimentos sociais são função desta contradição, se multiplicando e se diversificando em decorrência das novas determinantes que se impõem. As contradições entre classes assumem as formas de novos movimentos sociais, como o das minorias, o de mulheres, os da cultura, os de ambientalistas, entre tantos outros, com o seu apelo social altamente mobilizador. As lutas sociais na sua versão corporativa compartilharão importância e papel com as lutas sociais democráticas, que nascidas no leito dos princípios e direitos propugnados pelo liberalismo o extrapolarão em decorrência das características do próprio neocapitalismo. O projeto de classe proletário ou operário-campônês dará lugar a projetos político-sociais globalizadores, ancorados nas profundas reformas sociais, no resgate da cidadania participativa e na consolidação de uma nova nação. Portanto, trata-se de projetos que apontam para a reversão da democracia restritiva e do aviltamento social das maiorias no plano conjuntural, mas capazes de proporcionar uma acumulação de hegemonia democrática e popular e uma mobilização social alternativa às relações sociais dominantes, no plano estratégico.

Reinventar Paradigmas

O marxismo sofreu um condicionamento profundo da Revolução Russa e da interpretação teórico-doutrinária do período pós-revolu-

A superação das características historicamente assumidas pelos militantes, movimentos e partidos, inspirados nos paradigmas que se tornaram clássicos, nos impõem repensar a direção e o conteúdo das nossas concepções.

ção. Algumas das premissas teóricas então dominantes possuíam origem nos clássicos, outros se impuseram a partir das leituras dos partidos comunistas, dos intelectuais oficializados, ou mesmo dos processos pós-revolucionários em curso, cujos desacertos pareciam ser anomalias de um processo correto em seus fundamentos. As premissas teóricas básicas se expressavam nos seguintes pontos:

– **A dinâmica auto-destrutiva do capitalismo**, emerssa, de um lado, da teoria da queda da taxa média de lucros do capital em decorrência do aumento da composição orgânica do capital e, de outro, das contradições sociais tendencialmente mais conflituosas engendradas pelo próprio sistema;

– **O agente decisivo e inevitável da revolução era a classe operária**, cujos interesses, em função da condição de expropriação em que se encontrava, uniria às demais classes oprimidas e exploradas pelo sistema. Dai advir o seu caráter socialmente revolucionário;

– **O partido, intelectual coletivo e messias das classes trabalhadoras**, infalível por que apoiado no marxismo, concebido como a “ciência” do proletariado, determinava o surgimento de uma organização pouco arejada teórica e politicamente e a verticalização das relações internas do partido, onde a instância imediatamente superior era impermeável a erros com relação a inferior e onde a infabilidade do comitê central fazia inveja a infabilidade papal. Estas concepções levaram a comportamentos diametralmente opostos: o social-reformismo, declinante de qualquer ação de insurgência e de contra-he-

gemonia na sociedade capitalista e burguesia; o ultra-esquerdismo, com suas ações pirotécnicas de agitação e propaganda, de confronto militar direto conta o Estado – tido como a “palçada” das classes dominantes. Pese a distância entre estas concepções, elas se apresentavam com as mesmas deformações de origem, qual seja, equacionar o processo de transformação social a partir do Estado. Esse paradigma se expressava na dinâmica burocrática do partido, no apego às estruturas de Estado e no aparelhamento das entidades dos movimentos sociais; no hegemonismo que conduzia o partido a romper com políticas de interlocução social mais amplas, com a construção de relações distensionadas e democráticas entre militantes, tendências e partidos, e com a flexibilidade teórico-conceitual imprescindível a revitalização das formas coletivas de organização; e finalmente, a conjunção destes processos haveriam de culminar na intolerância, no golpismo autofágico e nas inevitáveis rupturas de unidade destas mesmas forças nos enfrentamentos com as classes dominantes.

A superação das características historicamente assumidas pelos militantes, movimentos e partidos, inspirados nos paradigmas que se tornaram clássicos, nos impõem repensar a direção e o conteúdo das nossas concepções. É necessário entendermos que a nossa ação social e política não pode voltar-se prioritariamente em direção ao Estado, mais sim à sociedade, buscando proporcionar novas formas de organização, novas demandas sociais, incentivar novos padrões ético-morais e impulsionar perspectivas de contestação da ordem vigente.

Esta perspectiva deve determinar uma prática de incentivo a criação de novas formas de organização. E, não menos importante, sem a política de tutela, do aparelhamento, da instrumentalização. As disputas devem se dar no campo das idéias e posições, livres de hegemonismos.

A ação política nas estruturas políticas da sociedade, em especial ao nível da disputa política pelos poderes, deve ser concebida como um meio e não como um fim. Um meio que deve ser explorado com projetos sociais claramente definidos, endereçados à superação da

cidadania aviltada e da democracia restringida geradas pela lógica da exclusão social. O exercício de governo somente pode proporcionar projetos de integração social, de incentivo à participação democrática direta e de construção de sujeitos sociais completos, quando informado por novos métodos.

O desenvolvimento de concepções que rompem com referências burocráticas e hegemônicas devem emergir de uma nova práxis. A reprodução de relações autoritárias, fisiológicas, clientelistas, cartoriais e aparelhistas, entre outras, não apenas comprometem os movimentos, entidades e partidos em que são objetivadas, elas representam uma ação de impedimento/destruição de relações sociais novas e emergentes. É necessário que compreendamos que uma nova concepção de sociedade e de construção de hegemonia devem corresponder a uma nova práxis e, enquanto tal, ser parte constitutiva do processo de formação de novos valores culturais libertários e novos paradigmas.

Um sistema econômico e social não é superado por suas dinâmicas e contradições internas, mas pela ação dos atores sociais que o compõem. A perspectiva de transformação social que propomos pressupõe, portanto, a construção destes sujeitos transformadores, o que implica uma concentrada capacidade de provocar uma consciência e uma práxis contra-hegemônica. De outra maneira, não será possível reconstruir imaginações libertárias.

A nossa perspectiva de ruptura é eminentemente democrática, ancorada na estratégia de construção e de alargamento da democracia social - que se funda na reconstrução da nacionalidade, na democracia participativa e na integração dos excluídos. Confrontos sociais de grande envergadura ocorrerão e as forças sociais da transformação a eles estarão integrados. Não se trata de se posicionar na contramão das revoluções, mas

A nossa perspectiva de ruptura é eminentemente democrática, ancorada na estratégia de construção e de alargamento da democracia social - que se funda na reconstrução da nacionalidade, na democracia participativa e na integração dos excluídos.

sim de não tê-las como catalisador estratégico. O centro estratégico deve ser a ação contra-hegemônica no interior das relações sociais em curso, o que conferirá às rupturas das relações sociais, quando ocorrerem, uma dimensão de legitimidade por que fundamentadas num novo consenso social estabelecido.

Conclusão

A análise marxista acerca do sistema capitalista mantém a sua atualidade em decorrência de quatro aspectos, a saber:

- As relações sociais entre os homens, no capitalismo, são reguladas pelo valor de troca antes que pelo valor de uso das mercadorias e serviços;

- A satisfação das necessidades humanas se apresenta apenas como resultado secundário da produção, do lucro, mediado pelo sistema de troca;

- O processo de desenvolvimento do capitalismo acirra uma dupla contradição presente na sua prática de reprodução. Primeiramente, a crescente produtividade do trabalho e elevação da riqueza social, por um lado, e seu uso repressivo e destrutivo na forma do desperdício, do luxo, do belicismo por outro. Em segundo lugar, pelo crescente caráter social dos meios de produção e sua propriedade e controle privados.

- A corrida competitiva pelo armarinho, produção e lucro, proporcionam um elevado grau de concentração do poder econômico - via centralização/concentração oligopolista do capital -, e a disputa inter-imperialista, atualmente na forma da constituição de blocos econômicos e integração crescente de mercados, tende a compor ciclos recorrentes de depressões e guerras.

É justamente esta análise marxista do capitalismo, como parte de uma percepção do movimento contraditório e conflituoso do homem através da história, que mantém a justeza e atualidade deste corpo teórico-metodológico. Os tempos difíceis das mudanças inesperadas, das referências sucumbidas, do abandono e da resignação de muitos, são também tempos promissores para a criação de novas perspectivas históricas e sociais, de reinvenção e recriação dos nossos paradigmas e imaginários libertários. Isto porque a metodologia marxista parte da dialética materialista, percebendo o mundo em movimento contraditório e inovador, implica uma continuada revisão e reconceitualização críticas.

Esse processo não será fruto de intelectuais geniais, como não foi o próprio marxismo. Mas fruto de nova e/ou recomposição de velhas relações sociais e, especialmente, de novos e originais movimentos sociais.

A percepção das relações sociais como totalidade na forma de estruturas em movimento e a dimensão orgânica da filosofia da práxis liberta das amarras doutrinárias, proporcional ao corpo teórico-metodológico marxista a condição de um instrumental para a compreensão do mundo real e concreto e de se repensar e se reconstruir enquanto instrumental. É justamente isto que, após um século e meio do seu surgimento, ainda o conserva com status de corpo teórico-metodológico mais amplo em termos de aplicação e de engajamento intelectual.